

Integração econômica e política de desenvolvimento territorial: o caso do Estado da Bahia (Brasil) na América do Sul

Economic integration and territorial development policy: the case of the State of Bahia (Brazil) in South America

Marta Cerqueira Melo¹

Nilson Araújo de Souza²

Resumo: Neste trabalho, buscamos perceber o cenário da integração econômica da América do Sul através das formas de territorialização da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) no contexto de instituição da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, no Brasil. Adotando um enfoque espacial, ressaltando as contribuições da categoria território na análise de projetos e processos multi-escalares - notadamente megaprojetos (ou megaempreendimentos) dirigidos à promoção do desenvolvimento local e/ou regional -, examinaremos o caso do Território de Identidade Litoral Sul e, nele, o projeto Complexo Porto Sul/FIOL. A conclusão é a de que o diagnóstico territorial de Estado na Bahia, por não tratar suficientemente a questão (da reforma) agrária no seu escopo, deixa escapar, potencializando, conflitos e desigualdades constituintes deste mesmo território. Neste começo do século XXI, o padrão exportador de especialização produtiva é reafirmado e elevado aí a um novo patamar, como efeito da captura do Estado pela ideologia novo desenvolvimentista e a criação, a seu serviço, de novas infraestruturas, acirrando contradições e potencializando nesse contexto os conflitos pelo controle e regulação dos territórios, assim como pelos diversos usos deles feitos pelos povos e grupos sociais que lhes habitam.

¹Bacharela em Humanidades. Possui graduação no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade Federal da Bahia (2015). Mestra em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana, linha de pesquisa: Economia Política Internacional e Blocos Regionais (2019) Autor(a) correspondente, *Email:* marta018@hotmail.com.

²Economista. Possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Pará (1974), mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (1976), doutorado em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México (1980) e pós-doutorado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1985).

Palavras-chave: IIRSA. Planejamento e ordenamento territorial. Megaprojetos de infraestrutura. Reforma Agrária. Conflito e conflitividade social. Escalas de análise.

Abstract: In this work, it is sought to understand South America economic integration scenario through the forms of territorialization of the Initiative for the Integration of the South American Regional Infrastructure (IIRSA in Portuguese) in the context of the institution of the Territorial Development Policy of the State of Bahia, in Brazil. It is performed by adopting a spatial approach, highlighting the contributions of the territory category in the analysis of multiscale projects and processes - notably megaprojects (or mega-enterprises) aimed at promoting local and/or regional development -, we will examine the case of the Southern Coastal Identity Territory and, in it, the Porto Sul/FIOL project. The conclusion is that the territorial diagnosis of the State in Bahia, because it does not deal sufficiently with the agrarian (reform) issue in its scope, it lets escape, potentiating the conflicts and inequalities that constitute this same territory. At the beginning of the 21st century, the exporting standard of productive specialization is reaffirmed and raised there to a new level, as an effect of the capture of the State by the new developmentalist ideology and the creation, at its service, of new infrastructures, increasing contradictions and strengthening in this context the conflicts for the control and regulation of the territories, as well as for the diverse uses of them made by the peoples and social groups that inhabit them.

Keywords: IIRSA. Planning and land use planning. Infrastructure mega-projects. Land reform. Social conflict. Analytical scales.

JEL codes: F15; R4; R12; L78; L98.

I Apresentação

O tema da integração econômica regional foi levantada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) logo de sua criação, em 1948, como instrumento de desenvolvimento das economias e sociedades nacionais. Num primeiro momento, dos anos 1940 até a década de 1980, prioriza a industrialização por substituição de importações e a integração regional com protecionismo, dentro do estruturalismo, e, num segundo – compreendido a partir dos anos 1980 em diante –, procura adaptar sua posição ao neoliberalismo, admitindo a abertura econômica dentro do regionalismo aberto, sob a ótica do neoestruturalismo. Esta realidade assume contornos mais concretos a partir da década de 1990, sob os marcos da implementação desta nova estratégia de regionalismo, cujas principais características foram a abertura das economias nacionais aos mercados internacionais, a

promoção da iniciativa privada e a retirada do Estado da atividade econômica direta, em favor da sua atuação em matéria de regulação, fiscalização, promoção e proteção social (BID, 2000, p. 4).

A América do Sul foi tratada como região de importância destacada, polo de crescimento e desenvolvimento na economia internacional, com amplo potencial de crescimento dos seus mercados e correntes de comércio. Iniciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado em 1991, e o Pacto Andino, criado em 1969 – que se transformou na Comunidade Andina de Nações (CAN) em 1996 –, se distanciaram então de suas concepções originais, privilegiando a integração comercial em lugar da integração produtiva, bem como o regionalismo aberto em lugar da união aduaneira com proteção externa à produção da região (SOUZA, 2012).

Por ocasião da Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, ocorrida na cidade de Brasília, entre 31 de agosto e 01 de setembro de 2000, ocorre a apresentação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), resultado direto das interações do governo brasileiro sob a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – muito embora possa ser encarada como efeito de uma construção ainda anterior a este período³. No contexto mais imediato de formulação da IIRSA pelo BID, a integração econômica se torna meio para combinar as vantagens comparativas regionais (em termos de “recursos” naturais, humanos e financeiros), aumentar a sua competitividade na economia internacional e promover o pleno desenvolvimento dos espaços sub-regionais e continental sul-americanos. Para tanto, se faria necessária a superação de alguns obstáculos, como é o caso da infraestrutura regional – tarefa possível neste então, graças aos avanços científicos e tecnológicos.

O tipo de infraestrutura preconizado foi a econômica (transporte, energia e telecomunicações), buscando-se a provisão dos componentes necessários à facilitação dos fluxos entre os países da região (de bens, de pessoas, de informação, de energia elétrica, de gás e de petróleo), compreendendo com isso um conjunto de instalações e serviços que deveriam contemplar, ademais, o desenvolvimento social, aspectos ambientais, de informação e conhecimento. A circulação destes

³Os primeiros passos em direção à constituição da IIRSA são dados no contexto de consolidação das relações entre os países (e regiões) do Cone Sul. Em 1977, nesse sentido, conforma-se o projeto da “Rede Fundamental de Transporte do Cone Sul”, “um conjunto de obras identificadas como essenciais para a ampliação da fluidez territorial sul-americana, com destaque para a porção austral do continente” (SOUZA, 2015, p. 22). Todavia, apenas na década de 2000, uma vez constituída a IIRSA, tem-se o início da execução de algumas das antigas demandas dos projetos dos anos 1970.

fluxos pelas então instituídas redes de infraestrutura consolidariam corredores que, em escala regional, favoreceriam o desenvolvimento econômico e social dos territórios por eles abrangidos, convertendo-se, desse modo, em eixos de integração e desenvolvimento – base estrutural, pois, de um novo ordenamento territorial regional (BID, 2000, p. 13–14).

Neste artigo, buscamos perceber o cenário da integração econômica da América do Sul através das formas de territorialização da IIRSA no contexto de instituição da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, no Brasil. Adotando um enfoque espacial, ressaltando as contribuições da categoria território na análise de projetos e processos multiescalares – notadamente megaprojetos (ou megaempreendimentos) dirigidos à promoção do desenvolvimento local e/ou regional –, examinaremos o caso do Território de Identidade Litoral Sul e, nele, o projeto Complexo Porto Sul/FIOL. Para tanto, apresentamos parte dos indicadores da pesquisa de mestrado defendida no ano de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina – PPGICAL/UNILA.

Eles apoiam-se no conjunto das informações e dos dados coletados na parte etnográfica da investigação, realizada, no Brasil, a partir do caso do Assentamento Terra Vista – MST/BA, que vem se convertendo em referência na construção de alternativas de desenvolvimento social e produtivo, harmonizando interesses individuais e coletivos, bem como compatibilizando o atendimento às necessidades humanas às lógicas de funcionamento e regeneração da natureza na região da Floresta e do Cacau, no município de Arataca, Território de Identidade (TI) Litoral Sul – Bahia (MELO, 2019). Aqui, acercamo-nos de uma compreensão da dinâmica econômica mais ampla em que se inscreve dito Assentamento, considerando que “entre as transformações sistêmicas no capitalismo e suas repercussões no território, não há determinações lineares e fáceis, reclamando-se estabelecer inúmeras mediações teóricas e históricas delicadas entre essas duas dinâmicas” (BRANDÃO, 2009, p. 165).

Para efeito desta construção, buscamos empregar a categoria território, numa perspectiva interdisciplinar, multiescalar e social-histórica, como espécie de lente que nos permitirá visualizar o movimento conflituoso do modo capitalista de produção sobre determinada base territorial que, por sua vez, é social e historicamente determinada (SANTOS, 1979 apud ARUTO, 2015). O artigo está dividido em cinco seções além desta apresentação. Sem a pretensão de esgotar a complexidade, as controvérsias e os limites da abordagem aqui realizada, par-

timos de uma análise do local, do caso específico do Complexo Porto Sul/FIOL (Seção II), buscando situar suas circunstâncias mais gerais a partir das formas de territorialização do capital nas formações socioespaciais dependentes latino-americanas na economia internacional capitalista (Seção III), alguns debates sobre a economia de produtos primários na região no contexto de neoliberalização (Seção IV), uma breve exploração da situação da questão agrária no Brasil contemporâneo, desde o caso do estado da Bahia (Seção V), para logo chegar às considerações finais (Seção VI).

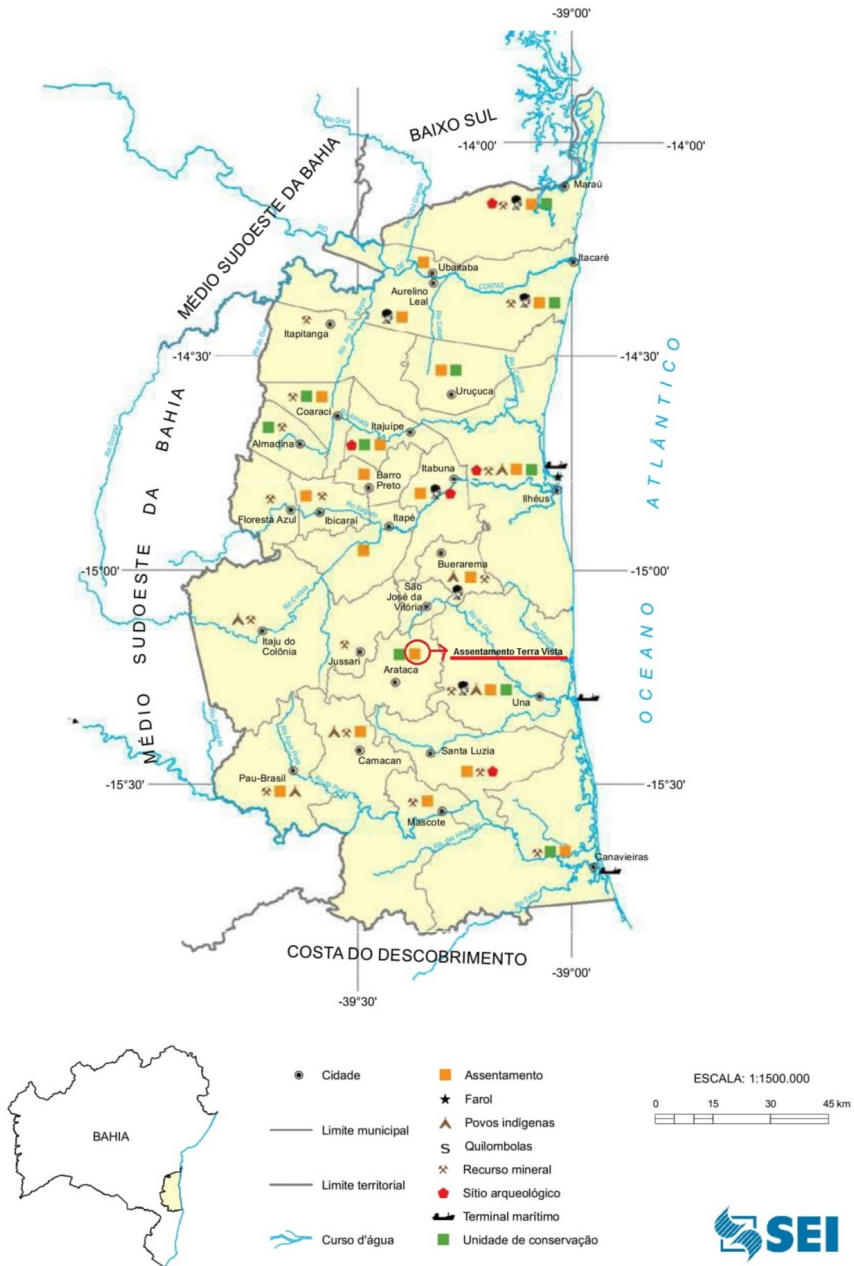
A conclusão é a de que o planejamento territorial de Estado da Bahia, muito embora não incorpore a IIRSA diretamente à Política de Desenvolvimento Territorial de 2014 – bem como aos diagnósticos, estudos e planos que lhe são concernentes a que tivemos acesso no escopo desta pesquisa –, reflete a lógica de corredores de exportação desta iniciativa, promovendo um reordenamento econômico-produtivo do território estadual, onde os setores do agronegócio figuram como sujeitos privilegiados. Este processo parece contribuir para a intensificação da violência no campo no estado em geral, e os conflitos por terra/território em específico, atualizando conflitividades históricas e demandando novos tratamentos da questão (da reforma) agrária.

II Complexo Porto Sul/FIOL e sua multiescalaridade no contexto da integração econômica da América do Sul

O Complexo Logístico Intermodal Porto Sul é apresentado no diagnóstico técnico sobre o “Cenário atual do Litoral Sul: desenvolvimento urbano regional”, elaborado pela Diretoria de Planejamento Territorial ligada à Superintendência de Planejamento e Gestão Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Estado da Bahia (SEDUR), publicado no ano de 2014. O projeto integra o grupo daqueles estratégicos para o desenvolvimento regional do Estado, apresentando o Território de Identidade Litoral Sul, assim, relevância para a política de desenvolvimento do Estado (regional) e do país (nacional). Neste Território estão previstos grandes empreendimentos que alterarão toda a sua “dinâmica social, econômica, ambiental e urbana” (BAHIA, 2014a, p. 180).

Como aponta o documento, as cidades de Ilhéus e Itabuna concentram parte expressiva dos recursos investidos, decisão sustentada pelo fato de serem capitais regionais, polos urbanos de referência na região e alvo da maior concentração de projetos estratégicos de grande porte. Este é o TI que possui um dos maiores núcleos de assentamentos de

Figura 1: Localização Assentamento Terra Vista. Território de Identidade Litoral Sul, Bahia (Brasil).



Fonte: Reproduzido, com adaptações, de SEI-BA (2015).

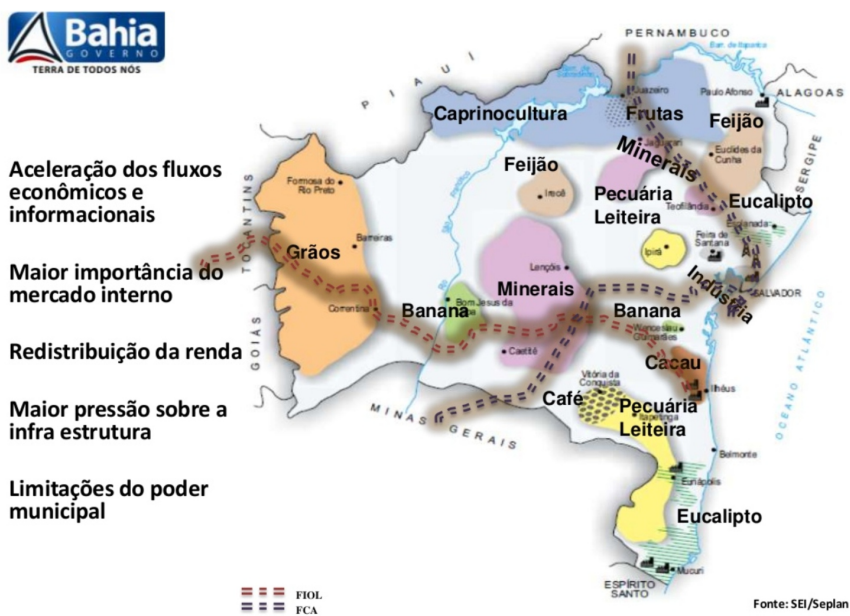
reforma agrária do Estado, abarcando cerca de 2.564 famílias (MDA, 2010). É formado por 27 municípios: Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacã, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju da Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Marau, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Una e Uruçuca. Para os investimentos nos eixos prioritários estimados pelo Diagnóstico, opta-se pela adoção de um modelo concentrado, sendo que 83,83% do volume total dos recursos serão aplicados em apenas 05 (cinco) municípios do TI, a saber, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itapé e Ibicaraí (BAHIA, 2014a).

Segundo o documento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do projeto, a implantação do “Programa Multimodal de Transporte e Desenvolvimento Mínero-Industrial da Região Cacaueira – Complexo Porto Sul”, surge enquanto demanda do Governo do Estado da Bahia, na primeira gestão do governador Jaques Wagner – PT/BA (2007-2010), para o escoamento da produção de minérios e de produtos agrícolas, promovendo a associação de empreendimentos vinculados à rota da siderurgia, agregando valor, assim, e ampliando as vantagens competitivas da economia do estado. A demanda surge no mesmo contexto em que o Brasil, nas últimas décadas, vai se consolidando como grande exportador de commodities no cenário internacional, basicamente de minérios e grãos agrícolas. Contexto este de aumento das demandas internacionais, sobretudo dos mercados asiáticos emergentes, oferecendo novas oportunidades de negócio para os países com capacidade produtiva.

Ainda segundo o documento, o objetivo do governo com a criação do Complexo Porto Sul é a correção das carências de infraestrutura do estado, e interligar, dentro de uma nova estratégia logística, as áreas produtoras de grãos do oeste e as reservas de ferro do sudoeste a uma estrutura portuária que permita o escoamento de grandes volumes. Parte do projeto, assim, passa por converter a cidade de Ilhéus – base para a instalação do Porto Sul – numa Zona de Processamento de Exportações (ZPE), como estratégia de apropriação local do valor agregado sobre as produções primárias, buscando evitar que os investimentos no projeto sirvam tão somente ao envio de commodities para o mercado mundial (BAHIA, 2008).

Com efeito, o projeto de criação de uma Zona de Processamento de Exportação em Ilhéus existe pelo menos desde o final da década de 1980, quando foi aprovado mediante Decreto nº 97.703 de 28 de abril de 1989 no governo do presidente José Sarney (BRASIL, 1989), sob a administração da empresa ZPE Bahia S.A., numa área então prevista de 225

Figura 2: Ordenamento Produtivo nos marcos do Planejamento Territorial de Estado. Bahia, 2013.



Fonte: Reproduzido de Seplan-BA (2013).

Figura 3: Complexo Porto Sul – Projetos



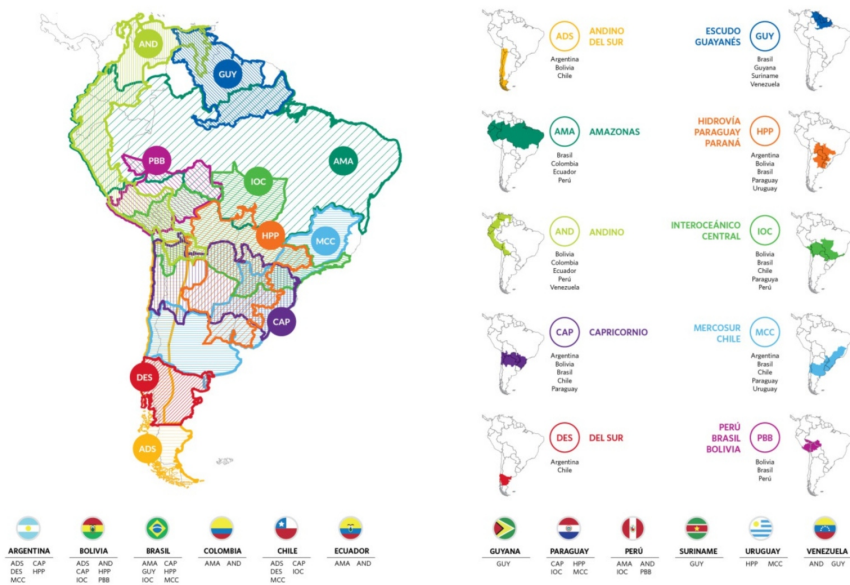
Fonte: Reproduzido de Seplan-BA (2017).

hectares (MDIC, 2014). O projeto, que passou por atualizações desde então – atraindo o interesse de empresários chineses –, encontra-se atualmente em fase de implantação, com previsão de conclusão para dezembro de 2019 (ABRAZPE, 2018). A Zona apoia-se em obras de infraestrutura em execução na região, como é o caso da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e do Porto Sul, ambas ligadas ao Grupo 08 – Conexão Ferroviária Porto Velho – Nordeste Meridional do Brasil do Eixo de Integração e Desenvolvimento (EID) do Amazonas da IIRSA (COSIPLAN, 2009a).

A iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana é constituída por um total de 10 EIDs (do Amazonas, do Escudo Guianês, Interoceânico Central, Andino, Andino do Sul, Mercosul-Chile, da Hidrovia Paraguai-Paraná, de Capricórnio, Peru-Bolívia-Brasil e do Sul), que atravessam os 12 países da América do Sul.

De acordo com o último balanço do portfólio de projetos divulgado pelo COSIPLAN, a IIRSA compreende um total de 562 projetos nas áreas de transporte (502), energia (54) e comunicações (6) para os

Figura 4: IIRSA, Eixos de Integração e Desenvolvimento.



Fonte: Reproduzido de COSIPLAN (2016).

quais se prevê investimentos da ordem dos US\$ 190 bilhões. Deste total, 83,3% são nacionais (468), 15,8% (89) binacionais e 0,9% (5) multinacionais, verificando-se até o momento a conclusão de 153 deles (COSIPLAN, 2017).

No ano de 2011, no contexto de atualização do portfólio de projetos da iniciativa, discutiu-se a inclusão dos nove estados da Região Nordeste do Brasil, assim como dos estados de Goiás e Tocantins (Região Centro-Oeste), como projeto prioritário do eixo Peru-Bolívia-Brasil. Como nota Falcón (2013), este fato situa o Nordeste como região do país que esteve até então de fora da carteira de investimentos destinada à integração física do continente. A incorporação efetiva destes estados à IIRSA ocorre em novembro de 2012, por ocasião da III Reunião Ordinária do COSIPLAN, ocorrida na cidade de Lima (Peru). Embora não passem a compor o EID Peru-Bolívia-Brasil como inicialmente pretendido, a ele seguem conectados de maneira direta e indireta, com vinculações existentes e potenciais, através do “Eixo do Amazonas Ampliado” (CASTRO; PARIMBELLI, 2013). As obras destes eixos, apoiadas em outras iniciativas, – como a Red Vial Fundamental

Figura 5: IIRSA. EID do Amazonas ampliado. Vinculação com o EID Peru-Bolívia-Brasil.



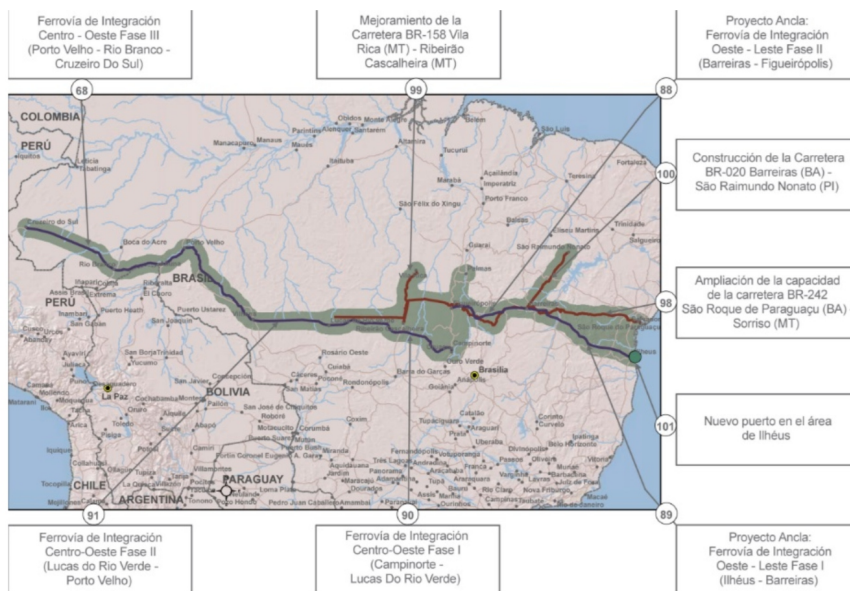
Fonte: Reproduzido de Castro e Parimbelli (2013).

na Bolívia (ABC, 2018) - consolidarão regionalmente corredores transoceânicos multimodais, conectando, mais ao norte, os oceanos Atlântico e Pacífico.

O projeto âncora do Grupo – em torno do qual este é conformado e que viabiliza a sinergia entre os diversos projetos que lhe compõem – é a FIOL, que deverá ir a leilão de subconcessão no quarto trimestre de 2019, em processo através do qual a futura subconcessionária se responsabilizará “pela exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas em modelo vertical, ou seja, deverá manter e ampliar a infraestrutura da ferrovia (via permanente, sistemas, oficinas, etc.) e também realizar as operações de transporte ferroviário das diversas mercadorias” (PPI, 2019). A ferrovia terá aproximadamente 1.527 km de extensão e ligará o futuro porto de Ilhéus à cidade de Figueirópolis (TO), ponto no qual se conectará à Ferrovia Norte-Sul (FNS)⁴. O projeto está dividido em dois trechos, sendo o primeiro Ilhéus-Barreiras

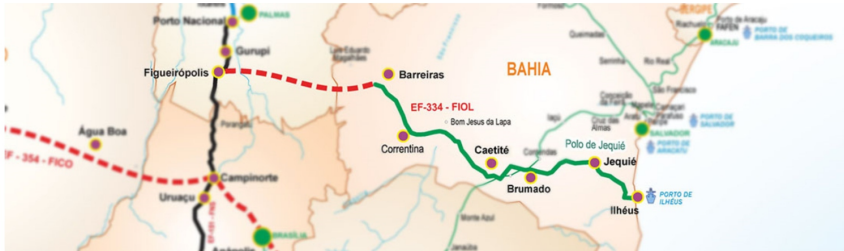
⁴A FNS cortará os estados brasileiros do Maranhão, Tocantins e Goiás, partindo de Açailândia (MA) até Anápolis (GO) (VALEC, 2008b).

Figura 6: Grupo 08 – Conexão Ferroviária Porto Velho – Nordeste Meridional do Brasil



Fonte: Reproduzido de COSIPLAN (2009b).

Figura 7: Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).



Fonte: Reproduzido de VALEC (2008a).

(FIOL FASE I) e o segundo Barreiras-Figueirópolis (FIOL FASE II).

Embora os projetos (tanto a FIOL quanto o Porto Sul) estejam integrados à IIRSA sob a coordenação do Ministério do Planejamento e responsabilidade do Ministério de Transporte⁵, a construção da FIOL está concessionada à VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., “uma empresa pública, sob a forma de sociedade por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, nos termos previstos na Lei n° 11.772, de 17 de setembro de 2008”, que cumpre a função social de construção e exploração de infraestrutura ferroviária no país (VALEC, 2008b). Além da FIOL e da FNS, está projetada, ademais, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), que cresce a partir da FNS chegando até a cidade de Boqueirão da Esperança, no estado do Acre. Juntas, estas ferrovias, além de atenderem as regiões já consolidadas do agronegócio do Norte, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros, apoiarão a criação do Matopiba, região que figura atualmente como a grande fronteira agrícola do país, avançando sobre três biomas (Cerrado, Amazônia e Caatinga) nos estados do Maranhão, do Piauí, do Tocantins e da Bahia (EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2015).

Nestes termos, a FIOL se materializa enquanto projeto geoestratégico nacional, e, na Bahia, se apresenta enquanto importante corredor de escoamento de minérios do sudoeste (sobretudo das cidades de Caetité e Tanhaçu) e de grãos do oeste do estado. Seu objetivo, segundo a empresa, é o de estabelecer alternativas mais econômicas para tais fluxos de carga – e outros de longa distância –, interligar a malha ferroviária brasileira, favorecendo a multimodalidade e os investimentos

⁵Respectivamente, incorporados aos Ministérios da Economia e da Infraestrutura na gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-atual).

Figura 8: Mapa base das ferrovias da VALEC – Brasil.



Fonte: Reproduzido, com adaptações, de VALEC (2008c).

no seu entorno, propondo uma nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de minérios por meio do terminal portuário de Ilhéus (VALEC, 2008a).

O investimento total previsto para a construção é da ordem de R\$ 6,4 bilhões. O trecho Barreiras-Figueirópolis se encontra em fase de pré-execução, enquanto o trecho 1 (Ilhéus-Caetité) está em fase de conclusão, no âmbito não mais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - criado e mantido pelas gestões federais dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (PAC, 2014) –, mas já agora do Programa Avançar, lançado pelo Governo Federal na gestão do presidente Michel Temer (PMDB) em 2017 (AVANÇAR, 2017).

A criação do Porto Sul, por fim, se inscreve nesta estratégia de escoamento de cargas trazidas pela FIOL. Para tanto está prevista a

construção de dois novos terminais portuários (Anúncio Público nº 016/2013), através de Sociedade de Propósito Específico (SPE), onde o Estado da Bahia será sócio minoritário junto com outras empresas privadas. Serão eles o Terminal de Uso Privativo (TUP) Porto Sul e o TUP BAMIN⁶, realizados mediante dois distintos contratos de adesão com investimento privado: (1) contrato de adesão 03/2014 da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) com o Governo do Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, para construção de terminal de uso privativo; e (2) contrato de adesão 03/2014 da SEP-PR e ANTAQ com a Empresa Bahia Mineração, pessoa jurídica de direito privado. Para o projeto, que se encontra em fase de pré-execução e já conta com estudos de viabilidade (EVTEA), estudo de carga e licença ambiental, se prevê o investimento privado/corporativo da ordem de R\$ 5,6 bilhões, sendo R\$ 3,6 bilhões para o TUP do Governo da Bahia e R\$ 2 bilhões para o TUP da BAMIN (COSIPLAN, 2009b).

Todos estes projetos estão no bojo da instituição da Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), que entrou em vigência no ano de 2014, enquanto política de Estado na Bahia, firmada em suas diretrizes e princípios através da Lei 13.214 de 29 de dezembro (BAHIA, 2014). A PDT legitima e acompanha o movimento de busca pela promoção do desenvolvimento do espaço rural que emerge no âmbito da questão agrária no país, ao mesmo tempo que a amplia, ao adicionar ao escopo das políticas, problemáticas e agentes sociais próprios do espaço urbano (SANTOS; OLIVEIRA, 2015). Esta política, que nacionalmente tem origem no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário no ano de 2003, é estruturada no estado da Bahia tomando como base o processo de regionalização institucional que substitui a abordagem estritamente econômica do conceito de região por uma abordagem sociocultural, representada pelos Territórios de Identidade (SERPA, 2015).

Neste sentido, um dos objetivos centrais da PDT é a promoção de um desenvolvimento territorial que seja democrático, sustentável e solidário, capaz de promover a descentralização dos recursos da capital e da sua região metropolitana, combatendo a desigualdade que ainda

⁶Com seu principal foco na mesma região marcada pelos conflitos fundiários no estado, a região de Caetitê/BA (BA..., 2019), a Empresa Bahia Mineração, através do “empreendimento denominado Projeto Pedra de Ferro pretende produzir 18 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, ser uma das mineradoras mais modernas do mundo e contribuir para transformar a Bahia no terceiro maior produtor de minério de ferro do Brasil”. Sediada em Salvador e com escritórios estratégicos nas cidades de Ilhéus e Belo Horizonte (MG), a empresa tem as suas ações controladas pelo “Eurasian Resources Group (ERG), um dos principais produtores de recursos naturais que incorporou os ativos da ENRC (Eurasian Natural Resources Corporation)” (BAMIN, 2010).

caracteriza o estado. Para tanto, estão nela previstos diversos instrumentos, dentre os quais se destaca o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) que, vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado (Seplan), se apresenta enquanto mecanismo de fundamentação da gestão participativa dos territórios, através do qual se espera fortalecer a inclusão e a participação social (BAHIA, 2014a).

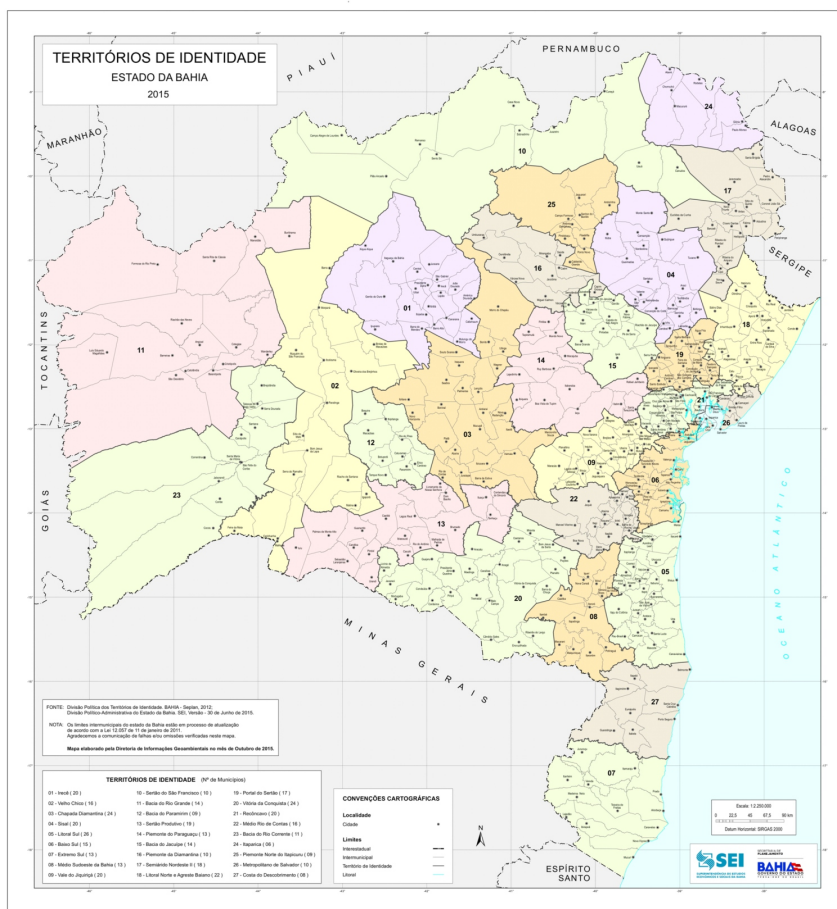
Refletindo sobre este processo de desenvolvimento territorial institucional do Estado e os aportes feitos por meio dele à experiência de desenvolvimento territorial local do Assentamento Terra Vista – MST/BA no TI Litoral Sul, a professora dra. Guiomar Inez Germani os define enquanto “migalhas” – especialmente quando se compara às ações de apoio ao agronegócio em volume de recursos. Pelo que se expressa, ademais, a direção da ação do Estado, ao representar os interesses de um setor hegemônico⁷. E é a partir desta consideração que ela discute a questão da criação da PDT, a partir da sua experiência de trabalho na antiga Região Econômica do Médio São Francisco, convertido no bojo da Política em Território do Velho Chico – território com as maiores extensões de terra e o maior número de famílias do estado. Segundo aponta, a proposta política de desenvolvimento territorial se implanta descolada do território, não levando em consideração o que existe neste espaço que está delimitando.

As contradições se manifestam, enfatiza, não apenas no tocante à delimitação dos territórios, mas no próprio nome “território de identidade”. Como explica, território, como categoria cara à geografia, já implica a consideração da questão do poder e, nesse sentido, a PDT se implanta acima do território e sobre ele paira, desconhecendo totalmente como se dão as relações de poder nessa área em que se insere. É uma regionalização de planejamento do Estado que recebe a denominação de território de identidade, tentando identificar quais são essas identidades, mas que não chega nenhum momento a se questionar como estas identidades estão territorializadas: como estão neste chão em que se ancoram e de quem é este chão.

Em outras palavras, salienta, a política populariza e simplifica esta noção de território, tirando-lhe a sua força; utiliza e populariza o conceito de identidade despolitizando-a, sobretudo porque, se considerarmos identidades como “quilombola”, comunidades de “fundo e fecho de pasto”... todos estes grupos sociais que têm uma identidade

⁷ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Projeto Integrado de Pesquisa GeografAR – A geografia dos Assentamentos na área Rural. Ver: <<https://geografar.ufba.br/historico>>. Entrevista concedida no âmbito da parte etnográfica da pesquisa de mestrado, que teve como um dos casos estudados o referido Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra (MST) no Território de Identidade Litoral Sul. Consultar: (MELO, 2019).

Figura 9: Territórios de Identidade da Bahia.



Fonte: Reproduzido de Seplan-BA (2013).

constituída em seu processo de vida, mas que a afirmam precisamente quando precisam lutar para defender seus territórios e modos de vida. Identidade, segundo ressalta, é antes de tudo política.

Não se pode esquecer que a PDT permite (1) uma alocação de recursos mais discutida com o entorno; onde é mais viável aplicar determinados recursos; (2) possibilita a construção de solidariedades entre os poderes (municipal, estadual e até nacional); (3) cria possibilidades de manifestação dos grupos constituídos na sociedade através de uma estrutura de representação nos Conselhos Territoriais⁸... Mas, questiona ela, são, de fato, efetivos os espaços dos Conselhos para a definição da alocação dos recursos? Conforme responde, seja pelas formas de participação e representação nos Conselhos, seja pela forma de disputa pelos recursos (por meio de editais), se compromete a capacidade de acesso de movimentos sociais e pessoas em geral – espaço do qual desaparece também a questão (da reforma) agrária. Para ela, enfim, ao mesmo tempo em que a implantação da PDT e dos Conselhos Territoriais inauguram no estado uma nova experiência ou a posta em prática de novos mecanismos de planejamento de Estado – estabelecendo a possibilidade de arranjos e concertações políticas distintas –, tem-se que as decisões de poder não necessariamente passam por estes espaços, como, por exemplo, no caso do Conselho Territorial do Litoral Sul com projetos como o Porto Sul e a FIOLE.

III Onda larga do Pós-Segunda Guerra Mundial e formas de territorialização do capital na América Latina: algumas considerações teóricas

As mudanças por que passa a economia mundial a partir da década de 1980 se manifestam, segundo a concepção que orienta este trabalho, como resposta à crise do padrão de reprodução do capital e da onda larga do pós-Segunda Guerra Mundial, deflagrada na virada da década 1960 para a de 1970⁹. Muito embora nos apoiemos nas abordagens econômicas do fenômeno – que o qualificam nos termos dos processos de mundialização e, mais precisamente, de regionalização que passam a orientar as agendas econômicas e políticas dos países a partir de então (SOUZA, 2009), parece-nos razoável, neste contexto, ter em

⁸Sobre os Conselhos Territoriais, ver: (BAHIA, 2014b).

⁹*Ciclo longo* ou *onda larga* são os conceitos empregados para precisar a relação entre os períodos de expansão ou declínio do padrão de reprodução do capital num dado contexto social e o movimento próprio desse sistema, servindo para situar temporal e espacialmente, dessa maneira, cada país em relação às economias centrais no sistema capitalista mundial (SOUZA, 2013).

conta também algumas concepções interdisciplinares, mais próximas aos campos da geografia e da sociologia, no esforço de “visualização” da produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005). No fundamental, procuramos destacar as formas que assumem e como se manifestam no lugar, os processos macroeconômicos e políticos estudados, com perspectivas que facilitem a compreensão dos processos de territorialização do capital nesta nova etapa de acumulação e reprodução em escala mundial “inaugurada” com o pós-Segunda Guerra. Mais especificamente as formas de territorialização na formação socioespacial dependente brasileira e, localmente, no Estado da Bahia. Como lembra (SANTOS, 2005, p. 169), o “mundo” [ou o “mundial”]:

é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. Esse dado é, hoje, fundamental, já que o imperativo da competitividade exige que os lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir uma produtividade maior a uma dada produção. Nesse sentido, o exercício desta ou daquela ação passa a depender da existência, nesse ou naquele lugar, das condições locais que garantem eficácia aos respectivos processos. O lugar oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma.

Partindo do conceito de formação socioespacial proposto por Milton Santos, a partir da noção marxista de formação econômico-social, forjada como tentativa de captar as formas sociais concretas que têm efeito num determinado modo de produção, para expressar a capacidade que tem o espaço de tornar manifestas as condições históricas em que se apoia a produção social no modo capitalista de produção, Aruto (2015) propõe o conceito de formação socioespacial dependente, como forma de compreensão das “transformações históricas que se operam entre e dentro das formações socioespaciais”¹⁰ latino-americanas, abrindo espaço para o emprego e a articulação de diferentes escalas espaciais (por exemplo, nação e região) na análise do contexto específico das relações de produção que aí têm efeito. O interesse a respeito das formações econômico-sociais estaria assim se

¹⁰Ver: Aruto (2015, p. xi).

justificaria, assim, na medida em que favorecem o conhecimento de uma determinada sociedade “na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução” (SANTOS, 2005, p. 25).

Milton Santos (1979 apud ARUTO, 2015), por sua vez, adiciona à apreciação da “formação econômico-social” a dimensão espacial como parte que dela – de todas e qualquer uma delas – é fundamental, assinalando, com isso, desde uma concepção dialética, o lugar e a importância da categoria no campo metodológico das ciências sociais. Nesta perspectiva, a especificidade marcante das nações da América Latina na unidade representada pelo modo capitalista de produção pode ser explicada nos marcos da superexploração da força de trabalho, através da qual o espaço é estruturado de modo a oferecer “condições à reprodução da força de trabalho abaixo do seu valor” (ARUTO, 2015, p. xi).

Esta formulação da superexploração da força de trabalho foi originalmente proposta por Ruy Mauro Marini como a principal característica da dependência, que fundamenta as relações centro-periferia na economia-mundo capitalista. O autor a explica fazendo referência a três mecanismos básicos a partir dos quais se estruturam as economias dos países latino-americanos, a saber, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário à/ao trabalhador(a) para repor sua força de trabalho. Estes mecanismos, sustenta, engendram um modo de produção que, paradoxalmente, não se baseia no desenvolvimento da sua capacidade produtiva, mas sim (e exclusivamente) na maior exploração do/a trabalhador(a).

el problema que plantea el intercambio desigual para América Latina no es precisamente el de contrarrestar la transferencia de valor que implica, sino más bien el de compensar una pérdida de plusvalía, y que, incapaz de impedirla en el plano de las relaciones de mercado, la reacción de la economía dependiente es compensarla en el de la producción interna. El aumento de la intensidad del trabajo aparece, en esta perspectiva, como un aumento de plusvalía, logrado mediante una mayor explotación del trabajador y no del incremento de su capacidad productiva. Lo mismo se podría decir de la prolongación de la jornada de trabajo, es decir, del aumento de la plusvalía absoluta en su forma clásica; a diferencia del primero, se trata aquí de aumentar simplemente el tiempo de tra-

bajo excedente, que es aquel en el que el obrero sigue produciendo después de haber creado un valor equivalente al de los medios de subsistencia para su propio consumo. Habría que señalar, finalmente, un tercer procedimiento, que consiste en reducir el consumo del obrero más allá de su límite normal, por lo cual “el fondo necesario de consumo del obrero se convierte de hecho, dentro de ciertos límites, en un fondo de acumulación de capital”, lo cual implica un modo específico de aumentar el tiempo de trabajo excedente (MARINI, 2008, 124-125).

Por outro lado, desde a perspectiva da promoção do desenvolvimento, Ribeiro e Loiola (2009) sugerem o território como um campo que se abre ao diálogo entre diversos saberes e conhecimentos, permitindo, desse modo, aproximações mais consistentes da realidade social. As autoras destacam o emprego da categoria no esforço de compreensão dos desafios postos ao processo de desenvolvimento na contemporaneidade, concebida desde uma perspectiva multiescalar. Partem aí do entendimento de que as transformações por que passa a economia capitalista no final do século XX coloca em questão, concomitantemente, os pressupostos e instrumentos que então davam suporte à intervenção sobre a realidade e à gestão social, pelos efeitos mesmo que produz nas dinâmicas social, econômica, cultural e ambiental. Situa a importância da abordagem do território, assim, no bojo de surgimento do chamado “paradigma da complexidade”, do qual parte a crítica aos limites do desenvolvimento e do progresso buscados através da aplicação das ciências modernas, sobretudo quando considerados os entraves à potencialização da concorrência dos países subdesenvolvidos nos mercados globais e, ao mesmo tempo, à ampliação do bem-estar e da qualidade de vida de suas populações.

As autoras sugerem que a ampla preocupação com o desenvolvimento – leia-se crescimento econômico – que marcou o mainstream da Economia a partir do pós-Segunda Guerra Mundial ajuda a explicar em partes a limitada atenção oferecida ao conceito de espaço na disciplina, que era representado, frequentemente, nos termos da variável distância, levando-se em conta apenas os seus efeitos sobre os custos gerais da produção (PECQUER; ZIMMERMANN, 2005 apud RIBEIRO; LOIOLA, 2009). A busca pela incorporação de variáveis não apenas econômicas no processo de desenvolvimento permeou o campo da Economia Industrial à época, conforme apontam, sendo a abordagem sensível a temas como o aprendizado sobre o território, incluindo

seus aspectos políticos, culturais e sociais, mas ainda orientada especificamente à promoção do desenvolvimento. A lógica espacial inaugurada a partir dos anos 1970 com a emergência do que chamam “paradigma” tecnoeconômico, fundada na concentração e centralização das decisões estratégicas; na descentralização do gerenciamento organizacional; assim como nas inter-relações espaciais possíveis a partir dos fluxos de informações – condicionados em função das estruturas de poder e da infraestrutura disponível –, foi acompanhada pela conformação de uma nova matriz de relações espaciais e de acumulação (PECQUER; ZIMMERMANN, 2005 apud RIBEIRO; LOIOLA, 2009, p. 193). É nesse contexto, pois, que o local passa a ser incorporado às cadeias globais de produção, figurando, ao mesmo tempo, como campo privilegiado das teorias do desenvolvimento, em articulação com a dimensão temporal. Nesse contexto, embora o conceito de território seja adotado e a sua importância seja ressaltada nas redes de aprendizado, o desafio de conformação das políticas na realidade social será tanto menos persistente quanto mais se incorporarem as bases epistemológicas que favoreçam campos mais férteis de diálogos, levando à compreensão das dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Segundo apontam, desde uma perspectiva integrativa, a Economia Industrial tem proposto os conceitos de Clusters, Arranjos Produtivos Locais e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Nesses dois últimos, a valorização da dimensão espacial e a ampliação das fronteiras da Economia se dão nos termos do “papel central da inovação e do aprendizado interativos como fatores de competitividade sustentada, apresentando-se como alternativas àqueles tipos de aglomeração produtiva que focam setores econômicos e empresas individuais.” (PECQUER; ZIMMERMANN, 2005 apud RIBEIRO; LOIOLA, 2009, p. 218)¹¹. Ou seja, na medida em que “incorpora o conceito de território, a Economia busca compreender a dinâmica local, as relações de poder, que são fundamentais para responder às necessidades de expansão do capital no contexto local” (PECQUER; ZIMMERMANN, 2005 apud RIBEIRO; LOIOLA, 2009, p. 213). Pela complexidade e interdisciplinaridade que supõe, assim como as imbricadas relações que sustenta nos ambientes locais, o território emerge como um importante recurso para se considerar os desafios ao desenvolvimento, bem como a construção de novos instrumentos de ação e/ou regulação territorial/regional. Nesse sentido, apontam que:

¹¹As autoras destacam as implicações da associação do tema do desenvolvimento ao território nos termos de políticas de “desenvolvimento local a partir de arranjos produtivos locais – APLs”, bem como o perigo da sua mistificação e generalização, apontando para a fragilidade dos modelos universalistas e o risco de abordagem do local como solução para problemas que superam essa dimensão.

Algumas contribuições [...], como as de François Perroux, G. Myrdal, Albert Hirschman e Amartya Sen destacaram a miopia dos trabalhos que reduzem o desenvolvimento ao crescimento econômico, ressaltando a importância das dimensões cognitiva, subjetiva, cultural e sistêmica do desenvolvimento. Com base nelas e em novas formulações sobre desenvolvimento econômico, considerou-se que a incorporação da dimensão territorial nas pesquisas e programas pode abrir espaço para diferentes modelos de desenvolvimento regional e a possibilidade da construção de capacidade organizacional dos agentes regionais para superarem as contradições e resolverem os conflitos mediante a integração dos interesses locais com os interesses socioambientais regionalizados, uma vez que os territórios são relações sociais projetadas no espaço, uma rede de relações sociais e produtivas capazes de produzir singularidades, ou seja, são espaços definidos e delimitados por e a partir de relações de poder Ribeiro e Loiola (2009, p. 217).

IV Neoliberalismo e neoextrativismo: a irrupção de um novo padrão de conflitividade na região

Durante a década de 1980, contexto de crise da dívida dos países latino-americanos, na chamada “década perdida” do desenvolvimento na região, houve o distanciamento das políticas de Estado da estratégia de industrialização por substituição de importações para uma estratégia de desenvolvimento orientada ao exterior. O estímulo às exportações agrárias foi adotado como meio principal de obtenção de divisas dos países da região na economia internacional, estabelecendo-se nestes, com isso, um novo padrão de reprodução do capital, qual seja o padrão exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2012).

Na virada dos anos 1990 para os anos 2000, com a ocorrência de um ciclo de lutas e fenômenos que assinalam, na região, a crise da aplicação das políticas de orientação neoliberal (BANDEIRA, 2002), a emergência de governos de progressistas (SANTOS, 2018)¹², a invia-

¹²Associados a vitórias eleitorais como as de Hugo Chávez (Venezuela/1999), Lula da Silva (Brasil/2002), Nestor Kirchner (Argentina/2003), Tabaré Vázquez (Uruguai/2004), Evo Morales (Bolívia/2005), Rafael Correa (Equador/2006), Daniel Ortega (Nicarágua/2007) e Fernando Lugo (Paraguai/2008). Pode-se destacar, nestes governos, de modo geral, a melhoria dos indicadores macroeconômicos dos países em geral, avanços na agenda social e a revalorização da integração regional, tudo isso através de políticas que bus-

bilização do projeto de criação da ALCA e o seu relativo bloqueio a partir de 2005 durante a IV Cúpula das Américas em Mar del Plata – Argentina, abre-se espaço para um novo ciclo de integração, caracterizada por Souza (2012) nos marcos de uma quarta onda da integração latino-americana. A institucionalidade do espaço geopolítico regional passa a contar a partir de então, com o lançamento de distintas iniciativas como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), que simbolicamente afirma, esta última, o distanciamento da América Latina do pan-americanismo ou, ao menos, a tentativa de lhe estabelecer um contraponto crítico.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que predomina nesta nova onda do regionalismo, o entendimento de que a ênfase no livre comércio, o desajuste entre o papel predominante do Brasil e suas iniciativas na América do Sul (destacadamente o crescente saldo positivo que este acumula no comércio intra-regional), as assimetrias entre os países envolvidos, além das frágeis iniciativas sociais do processo apresentam-se, em verdade, como um freio para a criação de uma região economicamente integrada (MEDEIROS, 2010). Nesta perspectiva, a integração regional e de infraestrutura deveriam “ter objetivos geopolíticos próprios, coadunados a objetivos socioeconômicos”, tratados internamente nos termos da “organização política do espaço regional” e externamente de forma “defensiva e ofensiva, respectivamente, de segurança e de projeção de poder” (PADULA, 2011, p. 6).

Não obstante as mudanças organizativas e estruturais processadas na IIRSA neste ciclo progressista sul-americano, quando passa ao âmbito do COSIPLAN da UNASUL, a iniciativa segue estruturada em torno de Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), que orientam o seu portfólio de projetos, definindo os territórios em que deverão ser implementadas as obras de infraestrutura na região. Mesmo a concepção reformulada dos eixos da IIRSA, a partir de 2003, amplamente explanada em Costa, Menger e Tancredi (2015), parece não dar conta da sua complexidade atual, especialmente no tocante ao processo de territorialização de seus projetos e às implicações sociopolíticas e geoculturais dele decorrentes. Neste contexto, a centralidade que a Ásia (particularmente a China) passa a exercer no cenário geopolítico e econômico mundial, abre lugar para uma nova fase de inserção da América

cavam reverter os efeitos do neoliberalismo, promovendo o abandono de receitas monetaristas, uma distribuição menos desigual de renda, bem como a recuperação da autonomia estatal na economia (EQUIZA, 2013).

Latina na economia-mundo capitalista, convergindo para a dinâmica própria ao processo de reposicionamento da região no que Svampa (2013) considera uma nova ordem econômica e político-ideológica sustentada pelo boom dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens de consumo demandados pelos países das economias centrais e emergentes.

Diferentemente do chamado Consenso de Washington, que ficou marcado pelo processo de revalorização financeira como elemento central do ciclo de lutas que concorreram para a manifestação de suas contradições em ato, no Consenso das Commodities este elemento é o incremento das exportações de bens primários em grande escala – cenário através do qual a China ganha projeção de potência hegemônica no Sistema Internacional, inclusive como importante parceira das economias nacionais latino-americanas. A autora aponta que nos últimos anos do século XX, num contexto de mudança do modelo de acumulação na economia-mundo, houve a intensificação do processo de expansão dos megaprojetos tendentes ao controle, a extração e a exportação de bens naturais sem valor agregado nos diversos países que conformam a América Latina.

O consenso das commodities, nesse sentido, refere-se ao processo de adesão dos Estados nacionais a uma nova ordem econômica, política e ideológica, (normativas, regulamentos, acordos, leis, etc.), impulsionada pelo boom dos preços internacionais de matérias-primas e bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e emergentes no sistema internacional. O incremento das vantagens comparativas que este fenômeno gerou, embora expresso em crescimento econômico e no aumento das reservas nacionais dos países em geral, foi acompanhado pela irrupção de novas assimetrias e do engendramento de um novo ciclo de lutas na região. Esta dinâmica tem estimulado nos países a adoção de um estilo de desenvolvimento neoextrativista, que institui um padrão de conflitividade – através do qual se pode visualizar a ocorrência de um novo ciclo de lutas, que põem em evidência temas relacionados a questões territoriais e de meio ambiente, potencializando a discussão sobre os modelos de desenvolvimento e as fronteiras da democracia na região (SVAMPA, 2013). Nestes termos:

o neoextrativismo designa mais que as atividades tradicionalmente consideradas extrativistas, uma vez que inclui desde a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes represas hidrelé-

tricas e outras obras de infraestrutura – hidrovias, portos, corredores interoceânicos, entre outros – até a expansão de diferentes formas de monocultura ou monoprodução, por meio da generalização do modelo de agronegócios, da superexploração pesqueira ou das monoculturas florestais.

Nesse sentido, o neoextrativismo também é um modelo sociopolítico e territorial, passível de ser analisado em escala local, nacional ou regional. Por exemplo, a expansão da fronteira da soja levou a uma reconfiguração do mundo rural em vários países da América do Sul (SVAMPA, 2019, p. 33).

Se, desde o ponto de vista do pensamento econômico consolidado na região, o incremento das exportações de bens primários, por meio da deterioração dos termos de intercâmbio, estimula o aumento da dicotomia centro-periferia e, conseqüentemente, dificulta a melhoria das condições de vida de suas populações (PREBISCH, 1949), tem-se, por outro lado, que o padrão colonial extrativista que lhe garante a manutenção imprime “sobre sociedades y territorios una dinámica económica muchas veces contradictoria con los usos preexistentes, vitales y económicos” (EQUIZA, 2013, p. 23), num cenário em que se destacam, ademais, a atuação e os investimentos de empresas transnacionais¹³. Coaduna-se a isso a lógica territorial embutida nos projetos e empreendimentos que conformam a IIRSA, concebendo extensas áreas do espaço geográfico da América do Sul como “vazios demográficos”, baseando-se, por conseguinte, numa “visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades tradicionais têm seus territórios e suas vidas concebidas como prescindíveis” (QUENTAL, 2013, p. 2).

¹³O ajuste entre as Políticas de Estado, as Políticas Econômicas e os interesses de setores e grupos sociais específicos com vistas à redefinição das formas de organização dos seus territórios no contexto latino-americano se tem dado, na contemporaneidade, sob a lógica que articula a noção de crescimento econômico à de desenvolvimento tecnológico e, por extensão, à ideia de “modernidade”. Conforme indica Guanaes (2014), as relações complexas existentes entre a modernidade e a colonialidade, o desenvolvimento e a expropriação territorial, o ambientalismo e a exclusão social tornaram-se também complexos desafios para a maior parte dos Estados (pluri)nacionais da América Latina, “cujos países têm em comum: problemas fundiários estruturais, numerosos conflitos territoriais e socioambientais e a alienação do território à economia” (GUANAES, 2014, p. 181).

V A questão (da reforma) agrária e a sua atualização no Brasil contemporâneo: miradas desde a Bahia

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil marca uma história que lhe antecede, de lutas sociais no campo. Sua fundação institucional em janeiro de 1984 está atravessada por um conjunto de fatores como o são as políticas agrícolas dos governos militares (que acentuaram a questão agrária), o trabalho de base de partidos e instituições sociais com trabalhadorxs rurais e uma conjuntura política de fortes lutas pela democracia no país (D'ICARAHY, 2016). Nessa perspectiva, Porto-Gonçalves (2005, p. 24) explica que:

Até o nascimento do MST as lutas no campo estavam diretamente ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais articulados nacionalmente em torno da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Foi em torno dessa identidade de trabalhadores rurais, de trabalhadores na agricultura, sobretudo depois de 1968 quando os setores “mais combativos” sob influência do Partido Comunista retomaram a entidade que estava sob intervenção do regime ditatorial desde 1964, que as lutas no campo brasileiro mantiveram uma articulação à escala nacional. Assim, foi por meio dos sindicatos e da CONTAG que uma construção simbólico-política identitária de trabalhadores rurais se afirma nacionalmente se impondo sobre a enorme diversidade geo-socio-cultural de nosso mundo rural.

O nascimento de um Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desse modo, dá destaque a um cenário marcado pela forte presença, após os anos 1960, no país, de trabalhadorxs rurais sem terra – resultado da modernização conservadora e da revolução verde, além do profundo processo de organização societária que estava em curso no Brasil então. Como salienta Porto-Gonçalves (2005), o projeto de industrialização por substituição de importações posto em marcha a partir de 1930 deu lugar a uma nova divisão inter-regional do trabalho por meio da integração rodoviária nacional, conformando uma nova divisão sociogeográfica do campo brasileiro – sobretudo em razão do acentuado fenômeno de migração.

Na Bahia, essa história está ligada à luta dxs trabalhadorxs rurais afetadxs pela crise da economia do cacau e à fundação – com as pri-

meiras ocupações de fazendas improdutivas – do MST no estado, o que ocorreu na região sul do estado¹⁴. Uma vez deflagrada a crise, tem-se a desestruturação das bases socioeconômicas regionais, abatendo-se, esta, sobre a renda proveniente dos cacauais, comprometendo o mercado regional, bem como os níveis de emprego e renda da população. Muitos(as) produtores(as) sem condições econômico-financeiras para seguir produzindo encerram as atividades das fazendas, gerando, por conseguinte, a dispensa em massa de trabalhadores(as). Por fim, o desemprego e as condições precárias de vida vão estimular o início das lutas por terras improdutivas na região (LIMA, 2011).

D'Icarahy (2016) aponta que, pelo menos desde o ano de 1980 se tem registros de ocupações de fazendas e conflitos fundiários envolvendo posseiros(as) e proprietário(as) de terras no extremo sul da Bahia. Segundo aponta, em 1983, com a realização da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, tem-se, na cidade de Teixeira de Freitas, uma concentração pela Reforma Agrária que reúne cerca de 3.000 trabalhadores(as)¹⁵. Na base desta mobilização e efervescência política:

foram fundamentais as ações políticas das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na década de 1960, no vácuo da “modernização conservadora” da agricultura brasileira (SILVA, 1981), ocorreu – de forma articulada com o Sertão Pernambucano – a espacialização das “Ligas Camponesas” no Sul Bahia. Na década de 1980, com a expansão da cacauicultura pela ocupação indiscriminada das terras devolutas e invasão de posses camponesas constituídas nas áreas de fronteiras, espacializou-se a “Luta dos Posseiros”. No contexto da redemocratização, a partir de 1985, o acúmulo de forças favoreceu a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Assim, entre os anos de 1986 e 1987, foram implantados os primeiros projetos de assentamentos rurais de reforma agrária no Litoral Sul da Bahia: sete projetos, perfazendo o total de 336 famílias assentadas e a área de 10.169,23 ha (FREITAS, 2017, p. 5).

¹⁴O surgimento institucional do MST se deu no ano de 1984 no 1º Encontro Nacional, realizado na cidade de Cascavel, no estado do Paraná.

¹⁵Organizada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e a linha 6 da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ver: *Petrina* (1993).

É nesse contexto, pois, que têm efeito a formação do MST no estado da Bahia e as primeiras ações organizadas de ocupação de terras improdutivas ligadas à economia cacaueteira em crise. Anos mais tarde, aponta [Porto-Gonçalves et al. \(2015\)](#), dados dos conflitos no campo brasileiro, mais especificamente do período entre os anos 2000 e 2015, indicam um elevado e crescente número de localidades em conflito por água/território e de famílias neles envolvidos. A série histórica registrada desde 1985 mostra que os conflitos vêm aumentando constantemente desde 2002 (ainda que apresente queda de 2007 a 2008), seja pelo número de ocorrências, de localidades ou de famílias neles envolvidas. Essa dinâmica histórica e geográfica, salienta o autor, sinaliza a necessidade de se repensar o significado da reforma agrária no Brasil na contemporaneidade. Essa necessidade está referida (1) no aumento do número de conflitos no campo, (2) na distribuição geográfica deles e (3) na importância das populações tradicionais/camponesas entre os diferentes grupos sociais em situação de subalternização, opressão e/ou exploração ([PORTO-GONÇALVES et al., 2015](#)).

Entre 2000-2015, conforme apresenta, houve uma mudança na categoria social sobressalente no cenário dos conflitos sociais no campo brasileiro, sobretudo depois de 2008. Em todo o país, independentemente da região geoeconômica, as populações tradicionais vêm assumindo o protagonismo na luta fundiária, indicando a resignificação da questão da reforma agrária. Na região Nordeste, no mesmo período, as categorias sociais que mais ações violentas praticaram contra as populações tradicionais foram fazendeiros (38%), os empresários (28%), o Estado (12%) e as mineradoras (9%), seguidas pelos grileiros, com 7% ([PORTO-GONÇALVES et al., 2015](#), p. 92-93).

Em nota emitida em 14 de março de 2017, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais na Bahia (AATR) e representantes de 34 Entidades Sociais e Movimentos Populares brasileiros denunciaram publicamente o agravamento dos conflitos agrários por meio do aumento da violência no campo baiano e de todo o país, assim como os preocupantes rumos para os quais este cenário apontava. Segundo indicam no documento, no Brasil, em 2016, ocorreram 61 assassinatos no campo, 11 pessoas a mais em relação ao ano anterior. Em março de 2017, quando emitiram a nota, já haviam sido registrados 06 assassinatos no campo, tratando-se eles de duas lideranças ([CESE, 2017](#)). Destacamos uma parte da nota:

Recebemos com indignação a notícia da prisão pela Polícia Militar, de forma violenta e arbitrária, de cinco camponeses da Comunidade de Fecho de

Pasto de Porteira de Santa Cruz, município de Serra Dourada. São eles Sérgio Pereira de Jesus, Antônio de Jesus, José Pereira de Jesus, João José da Silva e Geneildo dos Santos Silva – pais de família respeitados, vítimas das calúnias de seus algozes, cujo “crime” foi defender o território onde há décadas plantam e criam para a própria subsistência e de suas famílias, em regime de Fecho de Pasto, pelo qual fazem uso comum de terras públicas devolutas, agora pretendidas por “douto magistrado” mineiro. As acusações infundadas – roubo, porte de arma, dano qualificado, esbulho possessório, associação criminosa –, em falso flagrante e prisão preventiva decretada, revelam mais do processo em curso no País de judicialização dos conflitos, progressiva criminalização das lutas sociais e de suas lideranças e retrocesso institucional com perda generalizada e específica de direitos arduamente conquistados na Constituição “Cidadã” de 1988 e na Constituição do Estado da Bahia de 1989. Este não é um caso isolado, é só o mais recente e requintado. Dados ainda parciais do Centro de Documentação “Dom Tomás Balduino” da CPT revelam que em 2016 a Bahia ocupou o terceiro lugar, com 11% do número de conflitos no campo brasileiro, abaixo apenas de dois estados amazônicos. As principais vítimas foram justamente as Comunidades Tradicionais Quilombolas e de Fundo e Fecho de Pasto. E os causadores destes conflitos foram empreendimentos de mineração (31,7% do total no estado) e de energia eólica, além da expansão do agronegócio, que lançam mão da velha tática da grilagem de terras, com pressão violenta sobre as comunidades, com foco nas lideranças (CESE, 2017).

VI Considerações Finais

Procuramos destacar o ambiente mais amplo em que se inscrevem o Assentamento Terra Vista – MST/BA, assim como os projetos ligados ao Complexo Porto Sul/FIOL diretamente vinculados aos processos de integração econômica em curso na América do Sul atualmente. À luz do exposto, a experiência do Assentamento Terra Vista, ao mesmo tempo que indica a potencialidade da concertação política para fins de promoção do desenvolvimento territorial local, partindo do trabalho,

das prioridades e dos conhecimentos dos sujeitos locais, das suas pautas de luta – conformando, desta maneira, o ambiente propício para a construção de variados projetos e parcerias, sejam elas com a institucionalidade do Estado, com instituições, Universidades ou com a sociedade civil, em diversas escalas de abrangência –, aponta também para os limites e desafios postos a este processo de construção do território.

Entrecruzam-se no Território de Identidade interesses de movimentos e grupos sociais de luta por terra/território e do agronegócio, mediados pela ação do Estado, através da implementação de uma nova política de desenvolvimento territorial – lançando as bases do que seria, assim, uma “Reforma Agrária do Consenso” no estado (OLIVEIRA; SANTOS, 2016). Este processo pode ser visto como a posta em marcha pelo Estado de uma estratégia capitalista (ARRIGHI, 1996), num contexto de financeirização da economia e, sobretudo, de processos de regionalização e integração econômica, examinado aqui através da IIRSA.

A América do Sul pode ser tratada na contemporaneidade como um campo em disputa, com assumido destaque nos processos que apontam para a construção de um projeto de integração regional que preze pela autonomia e soberania – sobretudo após os acordos de livre comércio firmados pelo México (1994) e os países centro-americanos (2005) com os Estados Unidos, e o conseqüente enfraquecimento da América Latina como conceito político (BATISTA JR., 2008). Nesse sentido, a concepção da IIRSA converge com os esforços de superação de históricos gargalos logísticos regionais – identificados como uma das principais barreiras postas à intensificação do comércio intra-regional (SOUZA; SILVEIRA, 2011) e à integração econômica da América do Sul (COSTA; GONZALEZ, 2014).

Desta maneira, a iniciativa surge atrelada a uma estratégia específica de desenvolvimento econômico para a região, que toma como referência o contexto de globalização, as negociações levadas a cabo no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e o horizonte de criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), delimitada sobretudo pelo BID. Ela reflete, portanto, a concepção político-ideológica que se hegemonizou na região nos anos 1990, que trata a integração econômica regional como um processo de progressivo aprofundamento da liberalização econômica, sob a lógica da facilitação de fluxos econômicos, tendo como horizonte “além da abertura econômica com especialização baseada em vantagens comparativas estáticas, uma limitada participação do Estado na economia” (PADULA,

2011, p. 1).

O planejamento territorial de Estado da Bahia, nesse sentido, muito embora não incorpore a IIRSA diretamente à Política de Desenvolvimento Territorial de 2014 – bem como aos diagnósticos, estudos e planos que lhe são concernentes, e a que tivemos acesso no escopo da pesquisa –, reflete a lógica de corredores de exportação desta iniciativa, promovendo um reordenamento econômico-produtivo do território estadual, onde os setores do agronegócio figuram como sujeitos privilegiados. Este processo parece contribuir para a intensificação da violência no campo no estado em geral, e os conflitos por terra/território em específico, atualizando conflitividades históricas e demandando novas considerações e tratamentos da questão (da reforma) agrária.

Referências

ABC. Administradora Boliviana de Carreteras. Red vial fundamental 2018. *Portal ABC: Bolívia*, 2018. Disponível em: <http://www.abc.gob.bo/wp-content/uploads/2018/08/mapa_abc_2018_web.pdf>. Acesso em: 13 jun. de 2019.

ABRAZPE. Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação. Aprovado o plano de trabalho da zpe de Ilhéus. *SECOM*, Ilhéus, 2018. Disponível em: <<http://www.abrazpe.org.br/index.php/2018/09/05/aprovado-o-plano-de-trabalho-da-zpe-de-ilheus/>>. Acesso em: 14 de jan. 2019.

ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARUTO, P. C. A. *A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica*. 51 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

BA – Comunidades lutam para reivindicar seus direitos e acelerar os processos de certificação e titulação de terras, contra especulação e energia eólica. In: MAPA de conflitos envolvendo injustiça ambiental no Brasil. São Paulo: FIOCRUZ, 2019. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ba-comunidades-lutam-para-reivindicar-seus-direitos-e-acelerar-os-processos-de-certificacao-e-de-titulacao-de-terras-contr-especulacao-e-energia-eolica>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

BAHIA. (Estado). Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/lei13214_13042018_1439.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2019.

BAHIA (Estado), CT/UFRJ Centro de Tecnologia. Avaliação ambiental estratégica do programa multimodal de transporte e desenvolvimento minero-industrial da Região Cacaueira – Complexo Porto Sul. INEMA. Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Salvador, mar. 2008. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/files/AAE_PortoSul_Produto_2_Porto_Sul_Final_Marco_Referencial.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BAHIA (Estado), SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. Cenário atual do litoral sul: desenvolvimento urbano regional. *Diagnóstico Técnico*, Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/DIAGNOSTICOTECNICOcenarioatualdolitoralsul.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

BAHIA (Estado), SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA. Política territorial. marco referencial e quadro de referência estratégico]. Salvador, 2014. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=55>>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BAHIA (Estado), SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. Apresentação do secretário do planejamento José Sérgio Gabrielli de Azevedo. *Planejamento Territorial do Estado da Bahia*, 2013. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/romeutemporal/planejamento-territorial-do-estado-da-bahia-0205>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BAHIA (Estado), SECRETARIA DO PLANEJAMENTO. Bahia investments opportunities. Infrastructure: logistic and transports. *Apresentação do Vice-Governador e Secretário do Planejamento João Felipe Leão*, out. 2017. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/romeutemporal/bahia-investments-opportunities-2017-apan-24102016-light>>>.

BAHIA (Estado), SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Perfil dos territórios de identidade. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BAMIN. Bahia Mineração. Quem somos/Onde estamos/Acionista. *Portal BAMIN*, Salvador, 2010. Disponível em: <<https://www.bamin.com.br/index.php>>.

BANDEIRA, L. A. M. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, p. 135–146, 12 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000200007&nrm=iso>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BATISTA JR., P. N. A América do Sul em movimento. *Brazilian Journal of Political Economy*, scielo, São Paulo, v. 28, p. 226–238, 6 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572008000200003&nrm=iso>. Acesso em: 16 jan. de 2020.

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Un nuevo impulso a la integración de infraestructura regional en América del Sur*. 2000. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Un-Nuevo-Impulso-a-la-Integraci%C3%B3n-de-la-Infraestructura-Regional-en-Am%C3%A9rica-del-Sur.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRANDÃO, C. Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI,

C. R. S. (Org.). *Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar*. EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37t>>. Acesso em: 9 de jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 97.703 de 28 de abril de 1989. Cria a Zona de Processamento de Exportação de Ilhéus, no Estado da Bahia. *Presidência da República/ Casa Civil/ Subchefia para Assuntos Jurídicos: Brasília*, Senado Federal, Brasília, DF, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97703.htm>. Acesso em: 13 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Zonas de processamento de exportação (situação atual). *Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação*, Brasília, DF, set. 2014. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1412792231.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento sustentável litoral sul. Salvador, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio90.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA e Ponte sobre o Rio São Francisco. *Portal Avançar*, 2017. Disponível em: <<https://avancar.gov.br/avancar-web/empreendimentos/91744/visualizar?ref=busca>>. Acesso em: 14 jan. de 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. PAC. Programa de Aceleração do Crescimento. Primeiros trilhos da Ferrovia da Integração Oeste-Leste chegam ao Porto de Ilhéus. *Portal PAC*, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/noticia/b092309d>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CASTRO, J. V.; PARIMBELLI, M. Ejes de integración: elementos para el desarrollo sostenible del territorio Eje del Amazonas Ampliado. *IIRSA*, apr. 2013. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevideo13_informe_amazonas_ampliado.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

CESE. Coordenadoria Ecumênica de Serviço. Violência no campo baiano e brasileiro é alarmante. nota de entidades sociais e movimentos populares da bahia e do brasil. *Portal CESE*, Salvador, 2017. Disponível em: <<https://www.cese.org.br/acervo/2017/violencia-no-campo-baiano-e-brasileiro-e-alarmando/>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

COSIPLAN. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Ejes de integración y desarrollo. *Portal IIRSA*, 2009. Disponível em: <<http://www.iirsa.org/Page/Detail?menuItemId=68>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

COSIPLAN. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Ficha del grupo. g08: G8 – Conexión Ferroviária Porto Velho – Nordeste Meridional de Brasil. *Portal IIRSA*, 2009. Disponível em: <<http://iirsa.org/proyectos/FichaGrupo.aspx?h=49>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

COSIPLAN. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Proyectos. *Portal IIRSA*, 2016. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Fichas2016_web.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2018.

COSIPLAN. Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento. Cartera de proyectos. *Portal IIRSA*, 2017. Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

COSTA, C. E. L.; GONZALEZ, M. J. F. Infraestrutura e integração regional: a experiência da IIRSA na América do Sul. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, DF, n. 18, set./dez. 2014. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5325/1/BEPI_n18_Infraestrutura.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

COSTA, G. D. F. d.; MENGER, K. R.; TANCREDI, L. A. A reformulação dos eixos da iirsa. *UFRGS Model United Nations*, Porto Alegre, v. 3, p. 135–168, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2015/files/cosiplan.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2019.

D'ICARAHY, L. D. Trabalhadores rurais e o surgimento do mst na bahia (1978-1989). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 3., 2016, Feira de Santana. *Anais... ANPUH. Associação Nacional de História*, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475193059_ARQ_UIVO_trabalhadoresruraiseoMSTnaBahia19781989.pdf>.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Caracterização territorial estratégica do Matopiba (versão 2.3). Grupo De Inteligência Territorial Estratégica (GITE). *Potal EMPBRAPA*, Campinas, 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150211_MATOPIBA_v3.0_website.pdf>.

EQUIZA, A. M. F. Desarrollo y conflictos socioambientales. indagaciones para construir nuevos posibles. In: EQUIZA, A. M. F.; SOARES, C. L. B.; FRECHERO, J. I. (Org.). *Territorios, economía internacional y conflictos socioambientales*. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2013.

FALCÓN, M. L. d. O. O nordeste e a integração regional sul-americana. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, IX., 2013, Salvador. *Anais... Curitiba: SEI*, 2013. Disponível em: <<http://www.eeb.sei.ba.gov.br/2013-3/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

FREITAS, H. I. d. Luta por terra e território no litoral sul da bahia: movimentos sociais, ações políticas e políticas públicas. In: SIMPÓSIO BAIANO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 1997, Salvador. *Anais...* 2017. Disponível em: <https://2sbg2017.ufba.br/sites/2sbg2017.ufba.br/files/eixo2_hingrydfreitas.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2019.

GUANAES, S. A. Reflexões sobre territórios e políticas ambientais na américa latina. In: CRUZ, C. A. S.; CORAZZA, G.; SOUZA, N. A. d. (Org.). *América Latina – Olhares e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2014.

HARVEY, D. A. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LIMA, S. R. R. *Terra, trabalho e autonomia: condições de produção e reprodução de assentados no Terra Vista da “Região Cacaueira” da Bahia*. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/733340012t.pdf>>. Acesso em: 5 mai. 2019.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia [1973]. In: MARTINS, C. E. (Org.). *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO, Siglo del Hombre editores, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20100830090624/marini.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

MEDEIROS, C. A. d. Modelos alternativos para la integración sudamericana. In: *Integración regional en América Latina: desafíos y oportunidades*. New York: UNCTAD, 2010, (Monografía de la Red del Instituto Virtual de la UNCTAD).

MELO, M. C. *Dinâmica contemporânea de expansão do capital na América do Sul: uma mirada desde a IIRSA e as lutas por terra/território na Bolívia e no Brasil*. 346 f. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) — Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5037>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

OLIVEIRA, S. L.; SANTOS, A. R. d. Reforma agrária do consenso no extremo sul da bahia. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 3., 2016, Feira de Santana. *Anais...* ANPUH. Associação Nacional de História, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.bahia.anpuh.org/resources/anais/49/1475295583_ARQUIVO_REFORMAAGRARIADOCONSENSONOEXTREMOSULDABAHIA.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2019.

OSÓRIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PADULA, R. *Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA*. Rio de Janeiro: LEAL, Laboratório de Estudos da América Latina, 2011. Disponível em: <<http://leal-ufrrj.blogspot.com.br/2011/04/artigo-infra-estrutura-geopolitica-e.html>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

PETRINA, C. Base DHP – diálogo, propostas e histórias para uma cidadania mundial. In: DIÁLOGO, B. D. (Ed.). *CNRA – Campanha Nacional pela Reforma Agrária*. São Paulo: CPT, 1993. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/pr-emierdph/fiche-premierdph-278.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Programa OSAL). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110310112007/3PortoG.pdf>>.

PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. A bye bye brasil aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no brasil. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. (Cords.). *Conflitos no Campo*. Goiânia: CPT. Comissão Pastoral da Terra, 2015.

PPI. Programa de Parceria de Investimentos. Cartilha fiol. Concessão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste Trecho Ilhéus/BA e Caetité/BA (EF-334/BA). *Programa de Concessão de Ferrovias Federais*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/ferrovia_ef_334ba_ferrovia_de_integracao_oeste_lest_fiol>. Acesso em: 13 jul. 2019.

QUENTAL, P. d. A. *Dilemas da Integração Regional na América do Sul: a lógica territorial da IIRSA e as suas implicações socioespaciais*. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20131013100118>>.

/Quental_trabalho_final.pdf>.

RIBEIRO, M. T. F.; LOIOLA, E. Gestão do território e desenvolvimento: um convite à reflexão e ao exercício do diálogo entre saberes. In: RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/37t>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

SANTOS, F. L. B. *Uma história da onda progressista sul-americana*. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, L. F. B.; OLIVEIRA, G. G. d. Política de desenvolvimento territorial: uma análise da escolha dos territórios da cidadania na Bahia. *Geografar*, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://geografar.ufba.br/santos-ludiara-fernanda-borba-dos-oliveira-gilca-garcia-de-politica-de-desenvolvimento-territorial-0>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SERPA, A. Territórios de identidade na Bahia: regionalização institucional e políticas de desenvolvimento cultural e territorial. In: *Territórios da Bahia: regionalização, cultura e identidade*. Salvador: EDUFBA, 2015.

SOUZA, N. A. d. *Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008*. São Paulo: Atlas, 2009.

SOUZA, N. A. d. América latina: as ondas da integração. *Revista OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 87–126, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/see/r/index.php/oikos/article/viewFile/296/168>>. Acesso em: 09 set. 2018.

SOUZA, N. A. d. Teoria marxista das crises, padrão de reprodução e “ciclo longo”. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_desenvolvimento_dependencia.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2017.

SOUZA, V. H. P. Integração Territorial no Mercosul: o caso da IIRSA/COSIPLAN. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 1, n. 27, p. 21–35, jan. 2015.

SOUZA, V. H. P.; SILVEIRA, M. R. Infraestruturas de integração entre o Brasil e demais países do MERCOSUL: a IIRSA enquanto possibilidade. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, I., 2016, Rio de Janeiro. *Anais...* IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo55.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2020.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, M. N. <<consenso de los commodities>> y lenguajes de valoración en américa latina. *Nueva Sociedad*, n. 254, mar. 2013. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>.

VALEC. Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Ferrovia de integração oeste-leste (fiol). *Portal VALEC*, 2008. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferro>

via-de-integracao-oeste-leste>. Acesso em: 19 jun. 2019.

VALEC. Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Ferrovia norte-sul. *Portal VALEC*, 2008. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-norte-sul>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

VALEC. Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Mapa das ferrovias. *Portal VALEC*, 2008. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/images/ferrovias-mapas/mapa-principal/mapa-base.jpg>>. Acesso em: 15 jul. 2019.